

COMISSÃO ESPECIAL

DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 9463, DE 2018

REQUERIMENTO Nº ,DE 2018

(Do Sr. Paulão)

Solicita realização de audiência pública com os Ministros do Tribunal de Contas da União José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo Filho para discutir o Projeto de Lei nº 9.463/2017, que trata da privatização da Eletrobras e suas Empresas controladas.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de audiência pública para debater a proposta de privatização da Eletrobras e suas empresa controladas, e outras medidas importantes propostas no PL 9.463/2018.

Para a audiência, solicito que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- José Múcio Monteiro – Ministro do TCU;
- Vital do Rêgo Filho – Ministro do TCU.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei 9.463/2018, que trata das condições para a privatização da Eletrobrás, pretende viabilizar uma privatização acelerada do grupo Eletrobrás, por meio da venda do controle acionário da União.

Essa medida, associada à Medida Provisória nº 814/2017 - que também tramita nesse Congresso Nacional – representa uma mudança total do marco regulatório dos governos Lula e Dilma, o qual proporcionou segurança energética e expansão dos parques de geração e transmissão.

A Eletrobrás é a principal empresa de geração e transmissão de energia do país: possui 31% da capacidade de geração, 47% das linhas de transmissão e 5,1% do fornecimento ao mercado consumidor no país. A União é o maior acionista, com 51% das ações ordinárias. Outros 13% estão com o BNDESPar, além de 7% que estão nas mãos do próprio BNDES. Para o setor privado, sobra cerca de 30% do total. Esses papéis estão divididos entre mais de 20 mil investidores nacionais e internacionais - entre pessoas físicas, empresas e fundos.

A empresa se transformou em um dos maiores agentes do setor elétrico brasileiro durante os governos de Lula e Dilma, tornando-se a garantidora de segurança energética do país. Diferentemente do “apagão” de 2001 no governo FHC, em 2013 e 2014 o sistema elétrico brasileiro sustentou a demanda por energia sem racionamento durante a maior crise hídrica em 50 anos, o que mostra o acerto do modelo implantado por Lula e Dilma nos anos anteriores, que deu segurança ao suprimento com redução de tarifas.

Essas propostas agora apresentadas pelo governo Temer representam basicamente tentativas de transferir os recursos energéticos nacionais para o mercado, com a consequente elevação do preço de energia. A adoção de um novo modelo, que privilegia o mercado livre de comercialização de energia e a privatização da principal estatal do setor elétrico, com a possibilidade de venda de ações na Bolsa de Valores, foi anunciada, segundo o MME, com o objetivo de dar mais “competitividade e agilidade” às operações da empresa, porém a principal motivação vista pelo setor é a expectativa de arrecadar cerca de R\$ 12 bilhões com a operação.

Um dos mais importantes aspectos levantados por especialistas do setor é quanto aos valores apresentados para a venda da Eletrobras e de suas Distribuidoras de energia nos Estados. O próprio Tribunal de Contas da União (TCU) noticiou a criação de auditoria especial para verificar possíveis irregularidades na venda da estatal e nos demais projetos de concessão de Michel Temer. O TCU está preocupado também com a modelagem da privatização da estatal de energia e suas empresas controladas, uma vez que o anunciado lance mínimo de R\$ 12 bilhões pode não refletir a realidade da empresa, que tem R\$ 171 bilhões em ativos e um patrimônio de cerca de R\$ 47 bilhões.

Recentemente, o próprio relator do processo no TCU que analisa a privatização de seis distribuidoras da Eletrobras, Ministro José Múcio Monteiro, ressaltou que o Tribunal deve apresentar vários questionamentos ao governo federal relativos ao processo de venda das empresas.

Considerando a perspectiva dessas mudanças regulatórias e seus impactos diretos para o sistema elétrico nacional, bem como o possível aumento tarifário resultante para os consumidores de energia elétrica, gostaria de esclarecimentos sobre a proposta de alterações no marco legal e discutir alternativas que possam ser mais adequadas para o setor e para os consumidores de energia elétrica em todo o país.

Por essas razões, apresento o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de abril de 2018.

Deputado Federal Paulão (PT/AL)